

**Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Gabinete do Comandante Geral
Seminário “A Polícia que Queremos!
Compartilhando a Visão e Construindo o Futuro”.**

Relatório Final Consolidado

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2006.

Sumário

Apresentação.	03
Eixo 01 – Pessoal.	04
Eixo 02 – Ensino e Instrução.	06
Eixo 03 – Inteligência.	08
Eixo 04 – Operacional.	10
Eixo 05 – Comunicação Social.	14
Eixo 06 – Apoio Logístico.	16
Eixo 07 – Orçamento e Finanças.	17
Eixo 08 – Saúde.	20
Eixo 09 – Controle Interno.	24
Eixo 10 – Modernização Tecnológica e Administrativa.	27
Eixo 11 – Visão do Cliente.	31

Apresentação

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com 197 anos completados em 13 de maio, é uma gloriosa Instituição, composta por aproximadamente quarenta mil homens e mulheres, que servem preservando e buscando permanentemente a obtenção da paz social da população fluminense.

Partindo do pressuposto constitucional de que a segurança pública é responsabilidade de todos e dever do Estado, o Comandante Geral da Corporação, Cel PM Hudson de Aguiar Miranda idealizou e materializou o seminário.

A metodologia empregada desenvolveu-se em três momentos: o primeiro contou com uma ampla participação e representatividade de todos os círculos hierárquicos da PMERJ através da coleta de dados em todas as OPM; o segundo momento, realizado paralelamente, contou com a participação da Sociedade Civil; o terceiro momento foi construído conjuntamente com a participação de integrantes da PMERJ e representantes da sociedade civil fluminense, culminando com a elaboração do Relatório Final Consolidado, cujas propostas poderão implementar futuras mudanças na Corporação.

O seminário teve como um dos objetivos possibilitar aos candidatos ao Governo do Estado do Rio de Janeiro conhecer os anseios da sociedade fluminense e policiais militares, através da entrega de uma cópia do Relatório Final Consolidado, pois entre os candidatos encontra-se o novo Chefe do Poder Executivo Estadual.

Na realização deste Seminário, a Polícia Militar contou não só com o apoio do Comando Geral da Corporação, como também com o empenho de diversos Órgãos internos tais como: GCG, EMG (PM-5, APOM, NAAE), DEI, DGAL, CPC, APM D. João VI e CFAP sob a coordenação do Diretor de Ensino e Instrução, Cel PM Ubiratan de Oliveira Angelo.

Na construção e realização do seminário, a Polícia Militar contou com o apoio de diversos parceiros, tais como: Casa de Espanha, Viva Rio, UERJ e TV Globo.

Um agradecimento a todos policiais militares e cidadãos que participaram deste evento e, em especial, ao Sargento PM Herman e Sargento PM Cristina, ambos do PROERD, protagonistas do informe exibido na Rede Globo de Televisão.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DO COMANDO GERAL SEMINÁRIO “A POLÍCIA QUE QUEREMOS”	
EIXO 01 – PESSOAL	
PROPOSTAS	JUSTIFICATIVAS
Criação de Centros de Lazer para Policiais Militares.	Não há Centros de Lazer acessíveis em que Policiais Militares possam usufruir juntamente com seus dependentes legais e familiares.
Criação de novos Colégios Militares para filhos de Policiais Militares na Baixada Fluminense, Zona Oeste e Zona Norte.	Representa um salário indireto aos Policiais Militares, garantindo com isso a tranqüilidade para o desempenho da função.
Aproveitamento de Policiais Militares inativos.	O uso da mão de obra de inativos seria de enorme interesse institucional, pois atenderia às necessidades administrativas da Corporação.
Centralização da administração de um grupo de unidades em uma única OPM.	Permitiria um melhor aproveitamento dos Policiais Militares que executam as mesmas funções em unidades próximas.
Alteração do horário de expediente. O expediente seria realizado no horário compreendido entre 12:00 e 19:00 horas.	Melhor adequação aos horários de funcionamento de diversos segmentos do Poder Público (Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público etc).
Isonomia no cumprimento da carga horária para todos os Quadros e qualificações.	
Criação de mecanismos para a remuneração do trabalho extraordinário. Exemplo: Criação de uma Fundação.	
Aprovação de uma nova Lei de Fixação de Efetivo e de um novo Quadro de Organização.	
Desenvolvimento de um Programa de Avaliação Psicológica Anual.	Crescimento vertiginoso do nível de stress, principalmente nos quinze primeiros anos da carreira.
Revisar os critérios para promoção por tempo de serviço.	Estagnação das Praças nas graduações por longo período pela ausência de vagas.
Redefinição dos órgãos públicos considerados de interesse policial militar.	
Criação do serviço de assistência jurídica para o atendimento de Policiais Militares que respondem processo judicial por fato ocorrido no desempenho legal da função policial militar.	

Regulamentação dos critérios para passagem à disposição ou exercício de função em outros órgãos.	
--	--

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
GABINETE DO COMANDO GERAL	
SEMINÁRIO “A POLÍCIA QUE QUEREMOS”	
EIXO 02 – ENSINO E INSTRUÇÃO	
PROPOSTAS	JUSTIFICATIVAS
Manutenção de duas possibilidades de ingresso na Corporação, com abertura de discussões para aperfeiçoamento do processo.	Rediscutir as formas de ingresso promovendo estudos e pesquisas pertinentes.
CFO em 04 (quatro) anos com Graduação em Segurança Pública.	Melhoria da formação do Oficial PM.
Exigência de classificação em OPM na condição de “apto para o serviço” e em desempenho de função na Corporação por, no mínimo dois anos, anteriores à inscrição na seleção ao CAS, QOA, CAO e CSP.	Incentivo à permanência na Corporação.
Proibição do emprego de policiais militares que estejam frequentando cursos na Corporação em atividade de policiamento, sem prejuízo da instrução.	Melhoria do processo de ensino e aprendizagem.
Criação do Curso de Formação de Praças (CFP) em substituição ao CFSD e CFC, que habilitaria o policial a ser promovido a Cabo.	Economia no processo de ensino tendo em vista que o conteúdo programático dos cursos é o mesmo.
Que os 2º SGT com CAS, com interstício mínimo para promoção a 1º SGT, possam prestar concurso para QOA / QOE.	Possibilitar a ascensão hierárquica do policial militar e incentivar o estudo.
Treinamento operacional nos cursos de Formação, no modelo do EAT / PAAR.	Necessidade de treinamento operacional.
Criação do Centro de Especialização de Pessoal – por transformação do atual CQPS.	O CEP concentraria todos os cursos de especialização da Corporação, tais como: Educação Física, Operações Especiais etc.
Criação do Núcleo de Educação Física e Desporto (NEFD), subordinado a DEI.	Necessidade de Controle, Padronização, Fiscalização e estabelecimento de Doutrina dessas instruções, voltadas às atividades policiais militares.
Criação do Núcleo de Instrução em Defesa Pessoal e Uso Comedido da Força (NDP), subordinado a DEI.	Necessidade de controle, padronização, fiscalização e estabelecimento de Doutrina dessas instruções, voltadas às atividades policiais militares.
Transformação do Curso de Formação de Praças em Curso de Técnico em Segurança Pública.	Melhoria da Auto-estima do Praça Policial Militar.
Exercício das funções de Comando a cargo de Tem Cel PM, somente para os Oficiais Superiores possuidores de CSP.	Valorização do CSP e melhoria da qualidade técnica dos Comandantes.
Criação de uma revista Acadêmica para	Divulgação dos trabalhos e atividades dos

divulgação dos trabalhos técnicos e atividades dos OAE	OAE.
Criação da Fundação de Ensino e Pesquisa, ligada a DEI.	Estudar os pontos estratégicos ligados à Corporação.
Estender ao CFO o curso de Prática Policial Cidadã, incluindo os temas administração de conflitos e discussão inter-racial, religiosa e outros.	Melhorar a interface de relacionamento entre policiais e a população.
Criação de Programas de instrução Itinerante, a exemplo do Programa de Instrução do CIEAT.	Fomento da Instrução, evitando os problemas correntes de efetivo e escalas de serviço.
Criação de Um Colégio da Polícia Militar na Fazenda dos Afonsos.	A fim de atender os PPMM moradores do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense.
Criação de área para prática esportiva e academia em todas as OPM.	Fomento a pratica esportiva.
Destinação de atribuição exclusiva para o oficial responsável pela instrução nas Unidades Operacionais.	Especialização e dedicação exclusiva à questão.
Criação do Corpo de Instrutores Militares, remunerados através de encargos especiais.	Aproveitamento dos policiais militares capacitados para serem instrutores.
Acabar com o regime de “internato” na APM, nos 2º e 3º anos.	Propiciar maior observação do Aluno Oficial com a sociedade e a sua responsabilidade profissional.
Incremento da Instrução a respeito da Lei 9099/95 – Termo Circunstanciado.	Preparo da tropa para a confecção do Termo Circunstanciado.
Garantir aos policiais militares colocados em 1º, 2º e 3º lugares nos cursos de formação e aperfeiçoamento da corporação, independentemente de concurso, a matrícula no curso subsequente, desde que preencha os demais requisitos previstos em edital.	Motivação ao estudo e a competição sadia entre os policiais militares.
Estabelecimento de Cotas para acesso do público interno ao CFO.	Motivação ao estudo na Corporação.
Positivação de norma que incentive o estudo em nível superior, de forma que os estudantes tenham permissão para realizarem as provas pertinentes.	Motivação para o estudo na Corporação.
Atualização e distribuição do Manual do Policial Militar para os policiais militares.	Melhoria das ações dos PPMM, tendo em vista o acesso ao manual.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DO COMANDO GERAL SEMINÁRIO “A POLÍCIA QUE QUEREMOS”	
EIXO 03 – INTELIGÊNCIA	
PROPOSTAS	JUSTIFICATIVAS
Concessão de uma gratificação de estímulo ao exercício da Atividade de Inteligência, no molde do que é pago aos policiais civis das DP Legais e aos policiais militares do BOPE.	Se implementada garantiria um recrutamento de agentes mais eficaz, além de funcionar como estímulo para àqueles que já atuam no SIPMERJ.
Concessão de um estímulo nos pontos circunstanciais dos agentes do SIPMERJ, de modo que os mesmos sejam distinguidos no momento das promoções. Poderia ser concedido 0,25 para cada ano / SIPMERJ, para o agente devidamente credenciado.	Mais um mecanismo que permitiria a captação de policiais militares para integrar o Sistema.
Estabilidade do agente do SIPMERJ, que somente poderia ser retirado de suas funções por interesse próprio ou desvio de conduta. Em ambos os casos a decisão seria do EMG – PM / 2.	Este princípio daria estabilidade aos agentes para o exercício de suas funções, não os sujeitando aos interesses menos nobres de uma administração.
Implementação da área educacional do SIPMERJ, através de cursos de capacitação e especialização, com ênfase nos aspectos deontológicos da área de Inteligência.	Fornecer aos agentes de Inteligência da PM os conhecimentos necessários para o desempenho desta missão, que deve ser uma ação especializada.
Organização dos currículos da disciplina de Inteligência dos cursos regulares	Atualmente cursos de diferentes níveis possuem currículos desatualizados e repetitivos
Nomeação de instrutores para os cursos regulares com conhecimento de Inteligência.	A utilização de pessoas habilitadas permitirá um maior aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem
Criação de uma Escola de Inteligência, que assumiria toda parte educacional do SIPMERJ, vinculada a DEI, mas com suporte técnico da Agência Central do SIPMERJ.	Seria responsável por qualificar um efetivo de cerca de 1.000 (mil) agentes.
Criar uma linha de estudo na área de Inteligência, de modo a fomentar uma discussão sobre Inteligência, fórum no qual participarão o público interno e externo.	Possibilitar um desenvolvimento da Inteligência da PMERJ.
Elaborar de um Decreto Estadual que regule o exercício da Atividade de Inteligência no Estado do Rio de Janeiro. Tal medida visa atender o previsto no artigo 21, da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991.	O Decreto nº 31.896, que atualmente regula a matéria, não aborda questões essenciais, como, por exemplo, a reclassificação e desclassificação de documentos sigilosos.

Acesso à bancos de dados, com destaque para os seguintes: receita federal; ICA (pesquisa criminal); delegacia legal; sistema penitenciário; Detran (incluindo sistema de roubo e furto); Junta comercial; SPC / SERASA; e o SINPI (Sistema nacional de procurados e impedidos da PF)	Tais acessos garantiriam uma otimização da produção de conhecimento do SIPMERJ.
Atualizar da doutrina de Inteligência.	Adaptar a doutrina às demandas que atualmente são direcionadas para o SIPMERJ.
Fomentar o funcionamento das Agências de Inteligência dos Comandos Intermediários (classe “A”), com a melhoria da estrutura física e aumento de efetivo.	Seria mais uma Agência, que em pleno funcionamento permitiria aos Comandos Intermediários uma aplicação mais efetiva do policiamento.
Restringir o emprego dos agentes às missões específicas de Inteligência, evitando-se o uso em supervisões (praia, maracanã e etc.) e seguranças veladas.	O emprego incorreto dos agentes contribui para baixo estima no SIPMERJ, bem como para a perda de segurança, como a morte de um agente do 9º BPM, ocorrida em 16 Jul 2006, quando o agente em questão estava sendo empregado no combate ao comércio clandestino na feira de Acari.
Adotar um orçamento próprio para as Agências de Inteligência, conforme já previsto no Decreto Estadual nº 31.147. O valor por agência será estipulado com o assessoramento da Chefia da Agência Central de Inteligência, que deverá estabelecer critérios para liberação dos recursos. Tais recursos serão previstos no orçamento, independentemente daqueles já destinado à PM / 2.	Tal proposta visa possibilitar às Agências uma maior efetividade na obtenção do dado não disponível, pois recursos em questão poderiam ser empregados para o pagamento de informantes e colaboradores.
Transferir o controle das armas particulares dos PPMM da PM / 2 para o Órgão de logística da Corporação.	Visa redirecionar o efetivo empregado nesta missão para outros setores, como o acompanhamento do tráfico de entorpecentes, por exemplo. Tecnicamente tal controle deve ser missão do Órgão de logística da Corporação.
Disponibilizar do acesso ao RENISP para PM / 2.	Dar maior celeridade aos conhecimentos produzidos pela PM / 2, que dependam de dados oriundos de outros Estado da Federação, principalmente quando estes dados forem procedentes de Órgãos de Inteligência que não sejam das Polícias Militares.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
GABINETE DO COMANDO GERAL	
SEMINÁRIO “A POLÍCIA QUE QUEREMOS”	
EIXO 04 – OPERACIONAL	
UNIDADES CONVENCIONAIS	
PROPOSTAS	JUSTIFICATIVAS
Redimensionamento das áreas integradas de segurança pública, compatibilizando, quando possível, as circunscrições das Delegacias de Polícia com as áreas de policiamento alusivo às Subunidades integradas de Polícia Militar, sob coordenação dos Comandantes de Unidades Operacionais.	Otimização do processo de integração operacional, permitindo ainda melhor aferição de demandas e mesmo de resultados alcançados, sendo fato que, em geral, à cada Unidade da Polícia Militar corresponde mais de uma Unidade de Polícia Judiciária.
Utilização do geoprocessamento nas áreas integradas de segurança pública.	Otimização da aferição de resultados, com acompanhamento <i>on line</i> e em tempo real das infrações penais e da demanda de atendimento às ocorrências. Maior eficácia no controle das ações e de seus resultados.
Estabelecimento de metas regionalizadas por áreas integradas de segurança pública e mesmo em suas subdivisões, fruto da compatibilização de circunscrições e áreas de policiamento de subunidades.	Necessidade de observação de características regionais, inclusive de natureza cultural, concernente às áreas integradas como um todo e às suas circunscrições e subunidades.
Utilização de indicadores de avaliação quantitativos e qualitativos, sem ênfase na simples apreensão de armas e drogas e nas prisões efetuadas e com avaliação conjunta e cíclica, do ponto de vista de perspectivas, resultados e conseqüências.	Maior eficácia, marcadamente se cumulativa à adoção das medidas alusivas ao redimensionamento das áreas integradas de segurança pública, geoprocessamento, lavratura de termos circunstanciados pela Polícia Militar e regionalização de metas, da aferição de desempenho operacional.
Lavratura de Termos Circunstanciados pela Polícia Militar, conforme determina a Lei nº 9099/95.	Dotação de ferramental célere e eficaz para a mediação de conflitos por parte da polícia ostensiva, sendo fato que as infrações penais de menor potencial ofensiva são dominantes no que toca às demandas criminais com que se depara. Economia de RH, materiais e financeiros, evitando-se duplicidade de rotinas. Incremento de auto-estima da tropa. Incremento da credibilidade do estado e redução da sensação de impunidade. Redução da cifra oculta relacionada a tais infrações penais. Facilitação de acesso à justiça.
Convocação de militares inativos para	Aproveitamento de experiência acumulada

emprego em funções administrativas e docentes.	ao longo de anos de serviço, melhoria do patamar remuneratório e otimização de emprego do efetivo ativo.
Edição de decreto destinado a prover a capacitação de recursos financeiros pela Polícia Militar quando do emprego de efetivo em eventos de clamor popular, porém, de organização privada.	Criação de nova fonte de recursos para a Polícia Militar. Maior coerência na aplicação de efetivo em eventos em que haveria contrapartida financeira pelo empresário interessado.
Autonomia administrativa e financeira, com o fito de que seja evitada a prevalência do viés político sobre as ações técnico-operacionais da Corporação.	Melhor desenvolvimento das ações da Polícia Militar. Previsibilidade no que toca às demandas que precedem o emprego da tropa. Melhoria da imagem da polícia, fruto de melhorias logísticas internas e externas.
Descentralização das Unidades Carcerárias, com regionalização na alocação de internos, observando-se a natureza do crime cometido.	Respeito às características derivadas não apenas da natureza do ilícito perpetrado, mas também de questões culturais regionais, de forma a evitar ou ao menos conter fenômenos criminológicos internos, tal como a absorção de valores lesivos por parte de internos de menor periculosidade e o conseqüente incremento da mesma.
Não designação de efetivo da Polícia Militar para a escolta de presos que não estejam sob sua responsabilidade.	Otimização de recursos humanos e materiais. Economia do erário público. Aperfeiçoamento dos órgãos com responsabilidade originária sobre a questão.
Maior controle externo e publicidade sobre as atividades adotadas pelos Delegados de Polícia, posteriores aos encaminhamentos levados a efeito pela Polícia Militar.	Incremento de credibilidade. Melhoria de auto-estima da tropa. Redução da sensação de impunidade.
Introdução de tecnologia que permita a aferição eletrônica e célere do status de veículos e pessoas quando da realização de operações policiais militares.	Maior celeridade, eficácia e credibilidade da ação policial militar. Economia do erário público.
Retirada de elementos desdobrados alocados em áreas desprovidas de insumos outros, de natureza estatal, tais como atendimentos médicos, odontológicos, sociais etc.	Necessidade de atribuição de caráter multidisciplinar à atuação da Polícia Militar nos locais em questão. As questões sociais das comunidades carentes têm que ter tratamento por parte do estado como um todo e não somente afetas à repressão policial.
Integração no mesmo ambiente físico dos mecanismos de atendimento por parte da Polícia Militar, Civil, Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros Militar e outros, de	Maior celeridade e eficácia no atendimento às ocorrências. Economia de recursos públicos.

acordo com o projeto do "Centrão", em vias de implantação.	
UNIDADES ESPECIAIS	
Retorno da Secretaria de Estado de Polícia Militar.	Autonomia Administrativa e Financeira da PMERJ.
Criação de Diretoria de Engenharia de Segurança.	Orientação de Projetos e Obras para promoção de Segurança Pública.
Regulamentação do Termo Circunstanciado.	Otimização do Serviço Policial Militar.
Reaparelhamento com base em critérios técnicos de viaturas, equipamentos, comunicações e informática.	Aumento da eficácia dos Serviços Prestados.
Aplicação do efetivo das Unidades Especiais com base em critérios técnicos.	Aumento da eficácia dos Serviços Prestados.
Aplicação pontual e momentânea do efetivo das unidades especiais em áreas de alto risco, evitando ocupações prolongadas.	Desgaste da Corporação junto à comunidade e a Sociedade em Geral.
Extinção dos PPC (Postos de Policiamento Comunitário) e DPO (Destacamento de Policiamento Ostensivo) no interior das áreas de risco.	Evitar a exposição de policiais militares sem recursos e preparo específico para atuação em áreas de risco.
Incrementar a implantação do GPAE nas comunidades de alto risco	Fixação do poder estatal em apoio integrado com a comunidade.
Criação do Centro de Instrução Especializada.	Reunir em local adequado estrutura física e equipe técnica para qualificação especializada.
Intercambio das Unidades Especiais com Unidades similares no estrangeiro.	Necessidade de manter pessoal especializado com conhecimentos atualizados em termos técnicos e equipamentos.
Ações Táticas Integradas em áreas de risco.	Minimização de risco a integridade física do cidadão das comunidades carentes.
Equidade no pagamento de Gratificação pecuniária as Unidades Especializadas.	Motivação do policial no preparo na busca do aperfeiçoamento pessoal.
Aquisição de veículos blindados para emprego consoante a doutrina operacional da Corporação.	Condução, proteção e resgate de policiais ou pessoas vitimadas em local de alto risco. Patrulhamento especial em espaços de risco máximo, onde o Patrulhamento convencional não seja exequível.
Revisão de critérios técnicos de construção de Guaritas e Passadiços para aplicação do policiamento externo em Unidades Prisionais.	Economia de efetivo, segurança física do policial, da Unidade prisional, qualificação do serviço prestado.
Sistema de Vigilância Eletrônica externa nas Unidades prisionais.	Reforço do controle externo.
Emprego do GETAM, de forma dinâmica,	Mobilidade de ação seguindo dados

com base nas mudanças da mancha criminal.	estatísticos sobre violência e criminalidade.
Emprego do Batalhão de Polícia de Choque unicamente como Força Tática de Reação.	Cumprimento da sua missão institucional, melhor qualificação da tropa para atuação em situações de perturbação da Ordem Pública.
Emprego do GTM em ações específicas em corredores de grande fluxo.	Agilizar o deslocamento do Policial Militar em vias de grande fluxo de veículos.
Adoção de novo conceito para destacamentos como a construção de torres panorâmicas de Policiamento Ostensivo.	Realizar observação efetiva com policiais protegidos, e em situação de vantagem tática sobre bandos criminosos, estabelecidos em áreas de risco, promovendo uma maior segurança para aquelas populações.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DO COMANDO GERAL SEMINÁRIO “A POLÍCIA QUE QUEREMOS”	
EIXO 05 – COMUNICAÇÃO SOCIAL	
PROPOSTAS	JUSTIFICATIVAS
Dinamizar o telefone 190; realizar campanhas educativas para o cidadão quanto ao bom uso do sistema. Preparação do policial para o atendimento no Sistema 190.	Melhor atendimento do Público Externo e redução de despesas relativas ao emprego e deslocamento desnecessário de Viaturas.
Expansão do Policiamento Comunitário.	Integração com a comunidade. Fortalecimento da imagem institucional.
Espaço na Imprensa. Estabelecer parceria com a imprensa. Proposta de Lei para que haja espaço na TV para as polícias; espaços permanentes em programas de TV e/ou Rádio.	Maior Visibilidade. Evitar o favorecimento e aumentar a visibilidade de forma a divulgar trabalhos realizados pela PM. Maior alcance do serviço ao cidadão. Maior alcance ao público externo. Construir uma imagem positiva, apresentando ao cidadão o verdadeiro trabalho da PMERJ.
Fortalecer e realizar a manutenção dos programas de integração com a sociedade, tais como: Café Comunitário, 2º Tempo, Botando na Mesa, PROERD Oficina de Música, Oficina Mecânica, entre outras atividades a serem desenvolvidas. Abertura das Unidades para visitação de alunos de escolas públicas e particulares. Realização de palestras em colégios, feitas por policiais. Fabrica�o em parcerias com empresas de brinquedos cujo o tema seria a Polícia Militar.	Maior integra�o com a sociedade para uma melhor imagem junto a comunidade.
Melhoria da assistência ao Público Interno (jurídica com rela�o a imagem pessoal e institucional, psicológica, religiosa, reabilita�o RENASCER). Carta de Crédito Imobiliário e/ou Automotivo ao ingressar na Corpora�o. (vinculado � sua permanência) PMDF. Melhoria Salarial. Indeniza�o de Fardamento anual.	Fortalecimento e motiva�o do Público Interno, como conseq�ncia da melhoria da qualidade de vida dos policiais.
Implementa�o das Normas de Cerimonial (Projeto existente fruto do CAO – 2005).	Necessidade de Regular as normas de Cerimonial para realiza�o dos eventos da

	<p>Corporação. Padronizar procedimentos nos cerimoniais realizados pela corporação.</p>
<p>ENDOMARKETING Novas Instalações para Seção de Relações Públicas. Melhoria das relações Oficiais-Praças. Convênios com: entidades educacionais e profissionalizantes; sistemas habitacionais. Prática do projeto “Prática do Policial Cidadão” para Praças e Oficiais.</p>	<p>Fortalecimento e motivação do Público Interno, como consequência da melhoria da qualidade de vida dos policiais. Atualizar o conceito de Comunicação Social na PMERJ, centralizando suas ações, com objetivo de fortalecimento e crescimento institucional.</p>
<p>Criação da DCS – Diretoria de Comunicação Social.</p>	<p>Melhorar as prestações de serviço. Qualificar o profissional de segurança pública.</p>
<p>Equipe de Produção de matérias Jornalísticas, vinculadas a PMERJ.</p>	<p>Melhor Informar a imprensa. Melhoria na prestação de serviço a sociedade, e com isso, fortalecimento da imagem institucional.</p>
<p>Aprimorar a matéria de Comunicação Social à grade curricular dos cursos de formação e especialização da corporação. Realização de Seminários e Ciclos de Comunicação Social para qualificar mais o efetivo aplicado nesta área. Especialização em cursos externos de Oficiais e Praças que atuam na área de Comunicação Social.</p>	<p>Preparar o Policial para lidar com a imprensa e o público externo em geral. Melhoria na prestação de serviço a sociedade, e com isso, fortalecimento da imagem institucional. Cuidado necessário com o cidadão abordado e o próprio Policial-Militar.</p>

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DO COMANDO GERAL SEMINÁRIO “A POLÍCIA QUE QUEREMOS”	
EIXO 06 – APOIO LOGÍSTICO	
PROPOSTAS	JUSTIFICATIVAS
Transformação das OPM em Unidades Orçamentária.	Descentralização Orçamentária.
Extinção da Caixa de Economia das Unidades (CEU).	Uso do orçamento com ferramenta administrativa.
Manutenção da EAC.	Uso do orçamento com ferramenta administrativa
Dotação orçamentária para custeio e investimento das OPM com autonomia administrativa.	Uso do orçamento como ferramenta administrativa.
Inclusão no CAO de gestão administrativa (orçamentos e licitações).	Geração de cultura administrativa.
Terceirização da Manutenção das viaturas nas OPM.	Racionalização do processo administrativo.
Manutenção do CMM para viaturas não operacionais.	Racionalização do processo administrativo.
Padronização e racionalização dos uniformes e equipamentos.	Adaptação dos uniformes e equipamentos para cada tipo de policiamento e atualização do RUPMERJ.
Lei Estadual restringindo a venda de uniforme.	Evitar acesso de terceiros na aquisição de uniformes e equipamentos.
Recurso incluído no salário para aquisição de uniforme a todos os policiais (anualmente).	Padronização e direito de cobrança a cada policial de estar bem fardado.
Construção de novas instalações policiais militares com baixo custo e modelo vertical padronizado.	Economia do espaço e manutenção e aumento da segurança de cada OPM.
Terceirização da manutenção dos quartéis	Racionalização processo administrativo
Reforma e desativação de OPM existentes.	Adaptação dos espaços existentes e economia na manutenção.
Padronização de arma longa (fuzil).	Custo manutenção e custo treinamento.
Aquisição de pistola e munição para toda Corporação (acautelado).	Controle e agilidade para emprego policial.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DO COMANDO GERAL SEMINÁRIO “A POLÍCIA QUE QUEREMOS”	
EIXO 07 – ORÇAMENTO E FINANÇAS	
PROPOSTAS	JUSTIFICATIVAS
Estabelecer um programa periódico de avaliação da alimentação fornecida pelas Unidades que possuem rancho, a fim de auxiliar a manutenção e melhoria da qualidade da alimentação, sendo os resultados publicados em BOL PM.	Qualidade da alimentação fornecida nas Unidades esta sendo verificada e a Política do Comando Geral no tocante, observada.
Aumento salarial em conjunto com o escalonamento vertical.	Melhoria nas condições de vida do policial militar.
Equivalência na remuneração dos Oficiais Superiores da Corporação com os Delegados de Polícia.	Favorecer a existência de uma política única para as polícias.
Obrigatoriedade de se treinar nos CSPM e CAO do QOPM, na área de utilização de verbas de dotação orçamentária, com vistas a formar diretores para a área financeira da Corporação (DGF, DGAL e DAF).	Melhoria do serviço, buscando recursos que atualmente somente são destinados a outros órgãos, posto que a Corporação tem a tendência a comprar quase tudo pela sua caixa de economias.
Obtenção de recursos de fontes possíveis, na união, no estado e no município e entidades privadas.	Participação na arrecadação nas infrações de trânsito.
Criação de uma taxa de segurança para equipar a instituição.	Aos moldes do CBMERJ
Hora Extra – (remuneração para as horas excedidas) prevendo uma carga horária de 8 (oito) horas diárias, 40 (quarenta horas) semanais 160 (cento e sessenta horas) mensais, acrescidas de adicional noturno.	Tais disposições não se aplicariam na ocorrência de grave perturbação da ordem pública.
Regulamentação quanto a aplicação do policial militar em eventos organizados pela iniciativa privada em que o acesso do público fica restrito ao pagante, devendo neste caso, estar prevista a remuneração extraordinária do Policial Militar.	Garantir melhoria salarial do pessoal da ativa, conseqüentemente melhorias dos serviços prestados pela Corporação, evitando assim que o policial exerça outra atividade, estranha a Corporação, promovendo um aumento considerável do policiamento nos eventos extraordinários. ... aos moldes da policia de Brasília
Dotação orçamentária específica para manutenção das OPM, desvinculada da verba de rancho.	Otimização da manutenção dos aquartelamentos e melhoria qualitativa e principalmente quantitativa no que concerne à alimentação da tropa.
Captação de recursos via transação penal, através das Centrais de Penas e Medidas	Criação de novas fontes de recursos humanos e materiais.

Alternativas.	
Financiamento habitacional a fundo perdido para militares estaduais. Moradia digna, através de facilitação de financiamentos.	Propiciar condições de habitações mais dignas e fora de áreas de risco. O policial militar fica comprometido à medida que ele próprio mora em uma área de risco, não podendo muitas vezes atuar.
Proposição de gratificações para quem está dentro da policia, e não para quem está fora dela, com exceção À equipe de segurança do Governador. Todo o PM que trabalha fora, em qualquer órgão custaria um valor “X” que seria revertido aos cofres da PM.	Visa incentivar o Policial Militar que trabalha da Atividade Fim e Meio diretamente ligado à Corporação.
Encargo especial de produtividade no valor de R\$ 500,00 para todo o pessoal do serviço ativo.	Todo o Policial Militar da Ativa que estiver exercendo uma atividade dentro da PMERJ (não podendo estar a disposição de outro órgão) receberia tal encargo. Os Policiais Militares que estivessem de IFP ou de LTS (decorrente de ação no serviço) também receberiam o encargo desde que fossem avaliados pelo mérito, inicialmente por uma comissão da sua OPM, composta pelo SCmt, mais P/1, mais Cmt de Cia do PM ou seu Chefe direto; tendo, após a avaliação da comissão, um parecer do Cmt da OPM que poderia concordar ou discordar da comissão. Sendo encaminhado posteriormente ao Sr. Cmt Geral, que também poderia concordar ou discordar. Caso todos concordassem com o mérito, o Policial Militar de IFP ou de LTS também poderia receber o encargo.
Fornecer RIOCARD, para que os Policiais Militares, possam se locomover para suas unidades amenizando sem gastos.	De modo a contribuir com a melhoria salarial e menos gastos para o Policial.
Criação de um fundo de garantia quando o Policial for para a Inatividade.	Uma forma de reconhecer o serviço prestado pelo Profissional de Segurança, dando-lhe dignidade quando da sua Inativação.
Reverter o dinheiro das multas aplicadas pelos batalhões responsáveis por suas aplicações.	Captar mais recursos financeiros para os Batalhões, diminuindo o gasto com manutenção.
Aumento do valor do seguro de vida, passando para R\$ 100.000.	Seguindo os valores do Estado de São Paulo.
Pagamento de subsídios em substituição ao sistema atual baseado no soldo (lei 279): é necessária a adequação do soldo através da revisão da lei 279.	Tal medida propiciaria o pagamento real e imediato de salários dignos ao Policial, tal substituição já se faz presente na CRFB.
Convênio com organizações que possam	Aumento substancial na renda da família do

empregar familiares de policiais militares (especialmente viúvas e seus filhos).	policial militar. Serviços como cozinheira ou auxiliares de cozinha ou costureiras para a confecção dos uniformes para a corporação.
Liberação por parte do estado das verbas previstas e não liberadas ou repassadas para a corporação.	Suprir as necessidades.
Aluguel de espaços disponíveis para publicidade (ex: muro do choque).	Criar mais receitas para a corporação
Recursos do FUSPOM proveniente do FOPAG dos Policiais Militares creditados diretamente na conta do FUSPOM-PMERJ.	Agilização de obtenção de recursos com pronta aplicação nos fins a que se destina.
Que as dívidas do estado com os policiais e seus dependentes sejam imediatamente pagas quando reconhecidas, acabando assim com a figura do exercício anterior e outros.	Essas indefinições de datas para tais recebimentos, além de grandes desgastes para os requerentes ainda geram, não raramente, ações na justiça.
Criar rubrica para pagamento de férias ao policial que passa para inatividade.	Atualmente depende de abertura de folha suplementar (o que não garante o pagamento dependendo do exercício).
Criação de uma Fundação ou Fundo ou ainda OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)	Permitiria a captação de recursos de Órgãos públicos, privados e ONGs, bem como Organizações Internacionais a serem aplicados na Corporação.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
GABINETE DO COMANDO GERAL	
SEMINÁRIO “A POLÍCIA QUE QUEREMOS”	
EIXO 08 – SAÚDE	
CONVENCIONAL	
PROPOSTAS	JUSTIFICATIVAS
<p>Manutenção do atual sistema de Saúde, ou seja, a assistência à saúde continuará a ser realizada prioritariamente por oficiais e praças da Corporação, em unidades de saúde próprias, complementada por um sistema de convênios para o atendimento de áreas não contempladas, quer geograficamente, quer em função da sofisticação do recurso diagnóstico e / ou terapêutico.</p>	<p>Uma vez que a estrutura existente na atualidade não é suficiente para um adequado atendimento, causa um elevado grau de insatisfação dos usuários. Todavia, consideramos que o atual modelo de assistência é o melhor para a PMERJ. Trata-se não de trocar o modelo, mas sim de fornecer os meios para que o sistema funcione adequadamente.</p>
<p>Ampliação e adequação da rede assistencial da saúde às reais necessidades, atuais e futuras.</p>	<p>A população que tem direito à utilização da rede de atendimento da Saúde da PMERJ beira 250.000 pessoas. Tal número é equivalente à população de um município como Volta Redonda. O HCPM encontra-se completamente saturado, incapaz de atender a demanda. Ao crescimento vegetativo dos usuários do FUSPOM, não ocorreu o necessário aumento da rede hospitalar própria. O assim chamado “Prédio Novo” do HCPM foi inaugurado já há trinta anos, correspondendo à última expansão da oferta de leitos hospitalares na PMERJ. Estimamos que o déficit de leitos hospitalares na PMERJ chega a mais de 300 leitos, enquanto que a oferta de consultas deveria ser ao menos 25% maior. Propomos a criação de um novo hospital, de porte médio, na zona oeste do Município do Rio de Janeiro, e de novas policlínicas na Fazenda dos Afonso e Baixada Fluminense. Quanto ao interior do estado, propomos a criação de um hospital de porte médio no município de Campos do Goytacazes, e novas policlínicas em Barra do Pirai e Friburgo, assim com Unidades Básico ampliadas em Itaperuna e Cabo Frio.</p>
<p>Aumento do efetivo de oficiais e Praças da área de Saúde. Realização de exames de seleção para o ingresso com periodicidade anual ou bianual, a exemplo das Forças Armadas e da própria PMERJ.</p>	<p>Em que pese o aumento do QOS ocorrido em 2001, o número atual de oficiais de saúde mostra-se absolutamente insuficiente para as necessidades da Corporação. No período compreendido entre Jan / 1998 e Maio / 2006, exatos 20.331 novos policiais foram admitidos na PMERJ. Admitindo-se uma relação de 2,9</p>

	<p>dependentes por policial (dados do FUSPOM), cerca de 59.000 dependentes ingressaram como usuários do sistema em pouco mais de oito anos. No total, mais de 79.000 pessoas passaram a ter o direito de utilizarem os serviços de saúde da PMERJ (policiais novos + dependentes) neste curto intervalo. Devemos lembrar também que a passagem para a inatividade do policial militar não o desvincula dos serviços de saúde. Ao contrário, tornam-se usuários mais freqüentes. Quanto ao número de praças do QPMP-6, a situação é mais dramática, pois o último concurso para ingresso como cabo especialista em saúde foi em 1998, e nos últimos oito anos não ocorreu expansão alguma do Quadro.</p>
<p>Controle do acesso aos usuários do Sistema de Saúde, restringindo-o aos dependentes diretos.</p>	<p>Atual Sistema é muito abrangente, e contribui para provocar a insolvência do FUSPOM. A generosidade e o paternalismo de uma legislação criada há mais de 25 anos, quando outra era a realidade, permite que toda a sorte de parentes e contra-parentes utilizam o sistema de saúde da PMERJ. Urge propor normas mais restritivas para o acesso ao atendimento e a inscrição no FUSPOM, sob pena, caso nada se faça, de torná-lo financeiramente inviável.</p>
<p>Manutenção da contra-partida do Governo Estadual na constituição do FUSPOM.</p>	<p>Cumprimento da Lei em vigor.</p>
<p>Mudança da sistemática de contribuição para o FUSPOM, que passaria a ser descontado como um percentual da remuneração global do PM. Também propomos o início do desconto por dependente.</p>	<p>A Corporação necessita estudar e propor meios para aumentar o aporte financeiro ao FUSPOM, quer através do aumento do desconto atual, quer pela implantação do desconto por dependente, ou ainda, pelo desconto passar a ser calculado como percentual da remuneração global do PM, ao invés do soldo. O fato é que há vários anos o FUSPOM é deficitário. A inflação dos preços relacionados a produtos e serviços na área de saúde vem superando os índices de inflação oficiais, e este é um fenômeno mundial. Quando relacionamos os aumentos de custos da área de saúde com os aumentos salariais do serviço público como um todo, aí incluída a PMERJ, esta desproporção aumenta mais ainda. Na atualidade, a verba disponível</p>

	para o FUSPOM não cobre sequer os gastos com custeio, não se podendo programar qualquer investimento, quer em equipamentos, quer em melhorias físicas ou expansão da rede.
Criação da Odontoclínica Central da PMERJ.	Melhoria da qualidade do atendimento Odontológico e otimização de custos.
Criação de um Centro de Saúde Mental, que contemplaria, em edificações diferentes, tanto o tratamento e a internação de pacientes psiquiátricas, quanto novas e adequadas instalações para o Renascer. Propomos que seja localizado na zona Oeste do Município do Rio de Janeiro.	Humanização e melhoria da qualidade do atendimento. Maior eficiência para o Renascer. Interrupção dos elevados gastos anuais (mais de R\$ 500.000,00 ao ano).
Informatização do Sistema de Saúde.	Fornecer ferramentas que permitam um melhor gerenciamento do Sistema de Saúde. Muitas das propostas aqui apresentadas não podem ser implementadas sem este pré-requisito.
Descentralização da Perícia Médica, com criação de 01 (uma) Sede, 04 (quatro) unidades na região metropolitana da Capital (HCPM / HPM – Niterói / Zona Oeste e Baixada Fluminense) e 04 (quatro) outras no Interior do estado (Campos, Cabo Frio, Friburgo e Cabo Frio). Transformar a Perícia Médica em OPM subordinada a DGS.	Facilitar o acesso do PM ao serviço de Perícia Médica, poupando-o de deslocamentos de várias horas para homologações e inspeções.
Mudanças na Legislação Pericial e do Fuspom (Leis Estaduais e Portarias).	Corrigir distorções existentes na atual Legislação, já defasada e muito alterada em relação aos projetos originais.
Criação, na PMERJ, dos Serviços de Saúde Ocupacional, de Promoção à Saúde e de Epidemiologia e Estatística.	A Instituição Polícia Militar abriga não só a atividade de polícia ostensiva fardada, mas várias dezenas de atividades laborativas, formando um grande espectro de categorias profissionais, todas necessárias ao desempenho da atividade fim Institucional. São cozinheiros, mecânicos e pilotos de helicópteros, professores, médicos, dentistas, tratadores de cavalos, advogados, digitadores, programadores, técnicos de laboratório, peritos criminais, telefonistas, etc. Cada uma destas atividades possui características laborativas e riscos ocupacionais próprios. A Corporação

	necessita enfatizar a área da Saúde Ocupacional, para o bem de seus próprios membros.
--	---

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DO COMANDO GERAL SEMINÁRIO “A POLÍCIA QUE QUEREMOS”	
EIXO 09 – CONTROLE INTERNO	
PROPOSTAS	JUSTIFICATIVAS
<p>Prosseguir no redimensionamento da estrutura correcional da PMERJ, criando novas Delegacias de Polícia Judiciária Militar, geograficamente distribuídas (Comandos Intermediários), proporcionando maior capilaridade ao sistema correcional e valorizando a <u>proatividade</u> com a dinamização das supervisões correcionais veladas.</p>	<p>O crescimento do efetivo da Corporação determina que proporcionalmente exista o aumento das demandas de controle interno e a necessidade de maior capilaridade da ação correcional.</p>
<p>Motivar o efetivo correcional, recrutando mediante processo seletivo e submetido à capacitação contínua (cursos de inteligência e técnica judiciária militar), <u>através de previsão legal</u>, com a percepção de gratificação de encargos especiais (vencimento); atribuição de pontos circunstanciais (promoção) e, ainda, concessão de garantias institucionais, por exemplo, a irremobilidade do sistema e uma escala de serviço compatível com a importância institucional da missão.</p>	<p>Culturalmente, o policial militar que segue a carreira correcional é estigmatizado negativamente pelo restante da tropa. A inamovibilidade propiciaria que o policial militar deixasse o órgão correcional em duas hipóteses – vontade própria ou prática de ato que inviabilizasse sua permanência na comunidade correcional da PMERJ. Os outros fatores como gratificação, promoção e escala são fatores motivacionais eficazes e realizáveis, o que é mais importante.</p>
<p>Estruturar a Inteligência da Corregedoria Interna, com implemento de tecnologias direcionadas à interceptação telefônica, viabilizando a adequada instrução dos Inquéritos Policiais Militares, mediante autorização judicial obtida junto à Auditoria de Justiça Militar, bem como, direcionadas à vigilância velada através do homem isolado e com apoio de viaturas técnicas descaracterizadas.</p>	<p>Maior eficácia nas investigações, mormente no que diz respeito às interceptações telefônicas, eis que, em regra, somente parques excertos da degravação são fornecidos para que se norteie a investigação. Ferramental imprescindível na investigação de crimes militares. No RJ apenas a PMERJ não possui. (PF, PC, DESIPE). A aquisição de programas para a perícia de voz, por exemplo, são essenciais.</p>
<p>Priorizar (Executivo e Legislativo) a revisão da legislação, <u>a ser proposta pela Instituição</u>, referente aos Processos Administrativos Disciplinares (“penas demissórias”) e ao Regulamento Disciplinar da PMERJ, promovendo a compatibilização com a ordem constitucional (garantias individuais do “cidadão”) com os anseios sociais (pronta resposta institucional).</p>	<p>A legislação precisa estar compatibilizada com a ordem constitucional e o PM deve possuir os mesmos direitos do cidadão comum, com as ressalvas próprias.</p>

<p>Renovar a frota descaracterizada da PMERJ utilizada nas atividades de correição interna e de inteligência, <u>através de previsão legal</u>, no sentido de que a cada compra de viaturas realizada para a Corporação, obrigatoriamente, um mínimo de 20% sejam de viaturas descaracterizadas (<u>marca e modelo diferentes das viaturas operacionais</u>).</p>	<p>Nas unidades operacionais, via de regra, somente veículos já desgastados pelo uso intenso na atividade operacional são disponibilizados. As viaturas descaracterizadas são indispensáveis as atividades de correição interna e de inteligência. A previsão legal obrigaria o investimento e impediria o uso político da aquisição de viaturas apenas operacionais.</p>
<p>Criar por decisão governamental a Ouvidoria Interna da Polícia Militar, constituída por profissionais multidisciplinares (permitindo inclusive o apoio à vítima), com a possibilidade de ser diretamente fiscalizada pelo Ministério Público da AJMERJ (transparência) e ligada à <u>Corregedoria Interna</u> (celeridade), instalada em imóvel particular, em local de fácil acesso, permitindo ao cidadão o registro de reclamações, sem qualquer possibilidade de constrangimentos, por estar em um local diverso das Organizações Policiais Militares.</p>	<p>A Ouvidoria Interna seria um “Serviço de Atendimento ao Cliente”, receptora de todas as demandas sociais com realção à PMERJ, inclusive as de controle interno. Propiciaria maior eficácia na apuração das reclamações e/ou representações, haja vista a maior integração e dinamização no processo decisório, o que, sem dúvida, é irrelevante para a elucidação de fatos irregulares.</p>
<p>Instrumentalização pela Corporação de um controle efetivo da letalidade policial, em ocorrências que envolvam confrontos armados, sejam aqueles envolvendo a letalidade de civis ou de policiais. Para tanto, seria fundamental a criação de um banco de dados com informações precisas sobre as ocorrências envolvendo a letalidade de policiais e civis.</p>	<p>A elevada incidência de mortes registradas nas ocorrências em que se verificam confrontos armados. A PMERJ precisa controlar a letalidade, produzir conhecimento sobre o tema, para instrumentar programas educacionais que possibilitem a avaliação quanto ao emprego operacional da tropa.</p>
<p>Os fatos de maior gravidade devem ser apurados pelas DPJM, considerando que os Oficiais e Praças que servem nestas DPJM executarem exclusivamente a missão de apurar fatos, portanto, tem a capacidade de produzirem melhores apurações, com resultados eficientes.</p>	<p>Inviabiliza o alegado “Corporativismo”, tal citado pela mídia. O fato dos investigadores não pertencerem ao efetivo das OPM dos investigados “empresta” maior credibilidade a apuração dos fatos (isenção).</p>
<p>Necessidade de acompanhamento psicológico <i>ex officio</i> do PM envolvido em ocorrência em que haja confronto armado com mortos e/ou feridos.</p>	<p>A necessidade se impõe, haja vista os transtornos emocionais que abalam o policial militar, já que matar alguém, mesmo em legítima defesa, ou sofrer a tentativa de homicídio, não é natural.</p>
<p>Dar a verdadeira importância a atividade administrativa, como forma de controle</p>	<p>A atividade administrativa tem sido diminuída drasticamente, gerando</p>

<p>interno primário, evitando-se que o descontrole, por exemplo, no uso de munições, armamento e viaturas, seja um facilitador para a prática de desvios de conduta.</p>	<p>descontrole, que além de prejudicar o planejamento, termina por facilitar a ação de maus profissionais. Estabelecer um efetivo mínimo a ser empregado na administração, usando inclusive policiais militares inativos, estagiários, serviços terceirizados, etc. Evitando-se que uma atividade administrativa de controle deixe de ser feita, ou seja, mal feita, pela necessidade “imperiosa” de colocar “todo mundo na rua”.</p>
<p>Priorizar a supervisão como mecanismo de controle interno.</p>	<p>O supervisor acaba realizando tantas missões que não realiza a supervisão.</p>

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
GABINETE DO COMANDO GERAL	
SEMINÁRIO “A POLÍCIA QUE QUEREMOS”	
EIXO 10 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLÓGICA	
PROPOSTAS	JUSTIFICATIVAS
Concessão de autonomia administrativa à Corporação. Autonomia na nomeação dos Comandantes de UOp / E e reformulação dos regulamentos de promoções de oficiais e praças com fixação de critérios objetivos e mensuráveis para promoção. Redução do quantitativo de PM que concorrem ao quadro de acesso, de 1/6 do efetivo para o dobro do nº de vagas.	Prevalência de critérios técnicos sobre questões políticas nos destinos da Corporação.
Convênio com Universidades e Empresas para oferecimento de estágios, cursos MBA etc, da área administrativa e tecnológica. Gratificando progressiva e cumulativamente. Distinção de cargos (especialização). Colocação em um banco de dados.	Dotaria a Corporação de especialistas em diversas áreas de interesse, propiciando otimização do serviço prestado e minimização de custos nas OPM. Utilizar o policial na área em que atua.
Fazer estudos contínuos dos empregos táticos dos armamentos utilizados pelas polícias de outros Países, como EUA e França.	Dotar a corporação dos melhores armamentos existentes para a melhor segurança do PM.
Criação do Tribunal de Justiça Militar.	Elevação do <i>status quo</i> da Corporação.
Desqualificar viaturas, equipamento de controle de distúrbios civis (bastão, escudo, capacete, algema) e rádio de comunicação como materiais bélicos, restringindo sua classificação aos armamentos propriamente ditos e munições.	Restringir a apuração a um PAD e agilizar sua aquisição.
Implantar Cartórios nas UOp para a confecção dos Termos Circunstanciados. (Lei 9.099) Com unificação de banco de dados (PMERJ/PCERJ). Utilizando PM bacharel em direito, passando por estágio na PCERJ ou MP. Realizar convênio com TJ.	Reduzir o tempo de permanência das guarnições em ocorrências policiais.
Informatização – Implantação de um programa corporativo de controle e gestão financeira e operacional para a Polícia.	Diminuir a burocracia, visando dar celeridade aos procedimentos administrativos;
Informatização operacional e administrativa. Gestão operacional por análise criminal.	Melhorar o emprego policial através do conhecimento prévio dos locais de incidência criminal.
Melhoria dos equipamentos das seções e	Padronização de equipamentos e materiais

mais materiais de trabalho.	
Melhoria na manutenção das viaturas em geral, melhores armamentos, terceirização dos serviços essenciais tipo: limpeza, conservação.	Objetivando dar maior segurança ao PM e restringindo determinadas atividades a áreas especializadas.
Necessita-se de menos burocracia nas solicitações feitas na administração. Como autorização para compra de arma, pedido de cartão Fuspom e etc.	Desburocratização da Instituição.
Produção de um único documento para um único destino, que divulgaria ou repassaria para os setores interessados em suas informações. Atualmente são confeccionados vários ofícios e/ou mapas para vários destinos e, quando se deseja uma informação de uma determinada OPM, aqueles documentos encaminhados regularmente não são levados em consideração e nova determinação, normalmente via fax, é feita para ser informado o que se deseja saber; <u>Estudo de reengenharia de fluxo de documentos.</u>	Facilitar o fluxo da documentação e circulação.
Termino gradativo do uso de LPD's e brochuras nas OPM's.	Criação de redes virtuais nas unidades operacionais interligando seus elementos desdobrados eliminando assim a necessidade de rotinas intermináveis de burocracia que atrasa o serviço policial, como confecção de uma série de brochuras, dando assim maior velocidade a informação coletada nos elementos desdobrados e acesso deste a informação dos bancos de dados corporativos
Elevar a APOM a nível de Diretoria de Planejamento Estratégico, com toda estrutura necessária para o cumprimento de sua missão.	Avaliar e criar planejamento estratégico estabelecendo prioridades para a Corporação.
Criação de uma fundação para a Polícia Militar.	Captação de recursos com iniciativa privada para modernização, lazer e agilidade no gerenciamento dos recursos.
Criação de um Conselho de Tecnologia composto pelo Diretor do CCI, Diretor da DEI, Diretor de Saúde, Chefe do CCrim, do CIEAT, da APOM, CMT do BOPE, do GAM e outros especialistas da área a convite destes.	Ter um fórum de debate para nortear a área de tecnologia e ciência da Polícia Militar, reduzindo a repetição de assuntos.
Acesso à distância a computadores.	Agilização na transferência de

Criação da Intranet. Ampliação e modernização do sistema de telecomunicações da corporação, com a conseqüente melhoria operacional do sistema de comunicações.	conhecimentos e arquivos.
Adoção ampla e irrestrita dos Palm Top, BRAT e legislação digital nos núcleos de trânsito dos BPM; Estudo da utilização do PALM, na confecção do TRO.	Agilizar e facilitar a atividade fim.
Integração do sistema de câmeras com o efetivo que atua diretamente nas ruas; integração das policias através de uma faixa única de rádio; acesso a antecedentes criminais através de sistema integrado de informática com outros órgãos como, policia civil, detran, etc.; estatística on-line com um programa específico para divulgar o resultado das ocorrências policiais; Integração dos diversos bancos de dados do Estado com disponibilização dessa informação ao PM na atividade fim associando-a ao projeto de monitoramento.	Dotar a atividade fim de informações que propiciem agilidade na tomada de decisões.
Aplicação de Código de Barras para todo Material Permanente.	Facilitar o inventário e o controle da Carga.
Aumento quantitativo do número de computadores existentes na corporação e troca dos computadores obsoletos por máquinas mais modernas; Padronização do equipamento.	Melhoria no serviço da atividade meio.
Contratação de internet (banda larga) para as unidades ou via PRODERJ	Facilitação no acesso de informações.
Criação de um sistema de dados com as informações de todos os policiais de forma acessível para todas as Unidades. Banco de dados. Aperfeiçoar o sistema de controle de pessoal da Corporação, visando integrar os diversos órgãos, DIP, DGS, UOp/E, etc, utilizando programas existentes em outros órgãos.	Maior controle do efetivo da Corporação.
Criação do Generalato na Corporação. Coronel PM ao ser nomeado Comandante Geral será promovido ao posto de General de Polícia Militar.	Elevação do status quo da Corporação, considerando o efetivo de 37.500 homens sob seu comando e a importância da função.
Viabilizar a distribuição de rádio com telefone, arma e colete a cada policial, através de comodato.	Possibilitando maior conhecimento e cuidado com o equipamento e facilitando o apoio.

Dotação nas unidades de servidores (central) de impressão.	Acabando assim com o gasto interminável na aquisição de cartuchos de impressão e de impressoras custosas para a corporação, criando uma economia de recursos que poderão ser utilizados em outras áreas.
Implantação de computadores em local específico dentro das Unidades com acesso a Internet para uso da tropa.(Biblioteca).	Propiciar a todos os PPMM o acesso à Internet e à informação.
Adoção da versão Linux como sistema operacional, bem como os diversos pacotes de aplicações disponíveis no mercado, devendo haver padronização das versões de sistema operacional e pacotes de aplicativos pelo órgão responsável. Treinamento do usuário.	Contratação pela corporação de professores e programadores neste campo para dividir seu conhecimento nesta área com os membros da corporação, através de cursos e criação de programas para aprimorar as rotinas das diversas OPM.
Manter banco de dados on-line atualizado com publicações referentes às seções e assuntos de interesse da PMERJ.	Padronizar ações policiais militares dentro das normas em vigor.
Modernização de toda a rede de informática padronizando através da Corporação equipamentos e softwares, implantando-os através de firmas especializadas (com apoio do PRODERJ, podendo o CCI padronizar).	Agilização dos processos, facilitação do serviço policial militar e maior satisfação do público.
Realização de vídeo conferência, substituindo as reuniões centralizadas.	Diminuir custos com locomoção e tempo.
Utilizar programas existentes no PRODERJ como UPO, que padronizou a tramitação do expediente a nível governamental e o sistema de logística que é adequado.	Cumprir o decreto do Governo do Estado em vigor, permitindo a padronização e agilizar o sistema de protocolo em todo o Estado.
Cronograma de aplicação de ações até 13 de maio 2009.	A implementação estrutural de ações institucionais requer um cronograma próprio que deveria culminar com os 200 anos da corporação. Nesse bojo, a própria comemoração dos duzentos anos deve ter um projeto próprio.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DO COMANDO GERAL SEMINÁRIO “A POLÍCIA QUE QUEREMOS”	
EIXO 11 – VISÃO DO CLIENTE	
CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA ENTIDADES DE CLASSES DA PMERJ SOCIEDADE CIVIL	
PROPOSTAS	JUSTIFICATIVAS
EIXO PESSOAL	
Adoção de nova legislação remuneratória semelhante a implantada para a Polícia Militar do Distrito Federal, prescrita na Lei Federal nº. 10486/2002.	
Fixação da data base para os reajustes remuneratórios.	
Instituição de programa habitacional para a retirada dos policiais militares e seus familiares de áreas de risco.	
Contratação, respeitando a CLT, de militares inativos da PMERJ para serviços internos, em que possam substituir o pessoal da ativa.	
Previsão de assistência jurídica específica ao policial militar, quando envolvido em ocorrência decorrente da prestação do serviço.	
Manutenção do quadro de Oficiais auxiliares.	
Criação de um grupo multidisciplinar, com a participação das entidades de classe, para estudo da carreira do policial militar.	
Elaborar um Censo do Efetivo da PMERJ que sirva como fonte de informação para o planejamento estratégico de pessoal.	
Incentivar a progressão de Praça a Oficialato na PMERJ seja através de concursos internos. Valorizar os projetos sociais realizados pela Polícia Militar para	

os policiais militares.	
EIXO ENSINO E INSTRUÇÃO	
Intensificação, em todos os cursos de treinamento, das matérias práticas curriculares.	
Equivalência dos atuais cursos de formação de soldados, de formação de sargentos, de formação de oficiais, de aperfeiçoamento de oficiais e superiores de polícia aos de técnico de segurança pública, superior de segurança pública, pós-graduação em segurança pública e mestrado em segurança pública.	
Fazer da qualificação do PM o principal critério para promoção.	
Impor rígido cumprimento de cargas horárias de cursos de formação (acabar com uso operacional de pessoal em formação, salvo em situações excepcionais).	
Desenvolver Programa de Capacitação Continuada.	
Aumento da carga horária curricular em todos os cursos da carreira policial militar.	
Centralizar cursos e escolas no CFAP, ESPM e APM, na SULACAP.	
Incluir disciplinas de cunho humanístico na grade curricular.	
Criar incentivos para que os policiais aprimorem sua formação acadêmica e que sirva para ascensão na carreira: parceria com universidades, bolsa de estudos.	
EIXO INTELIGÊNCIA	
Utilizar o serviço de inteligência no planejamento e na orientação das ações de policiamento nas áreas do Rio de Janeiro, baseado em normas previamente definidas	

EIXO OPERAÇÕES	
Revisão dos procedimentos táticos de forma a evitar o emprego do policial militar isolado em qualquer lugar ou circunstância, bem como dotá-lo de meio rápido de comunicação, de armamento adequado à missão e de equipamento de proteção individual; prever-lhe esquema de apoio emergencial ágil, a chamado, e mantê-lo sob supervisão sistemática com ênfase para a orientação e o apoio permanentes.	
Divulgar e orientar a população sobre como proceder em caso de operações policiais.	Divulgar os procedimentos corretos das praticas policiais, como também os programas comunitários da PMERJ;
Criar um sistema de orientação dos policiais durante ocorrências por meio de Centro de Operações.	
Reunir especialistas policiais e não policiais para elaborar os indicadores de avaliação do trabalho policial.	
Investir em policiamento nos moldes do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais.	
EIXO COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Incentivar a aproximação dos policiais junto às crianças no ambiente escolar: p.ex: PROERD.	
Desenvolver sistema de comunicação interna.	
Desenvolver sistema de comunicação externa, com agência especializada, que faça plano de assessoria de imprensa, marketing e mídia alternativa.	
Associar a PMERJ a eventos esportivos e culturais, com imagem positiva, sobretudo junto a jovens.	

Utilizar os muros da PMERJ e dos Batalhões para divulgar informações úteis.	
Valorizar momentos de diálogo com a sociedade, como os café da manhã comunitário, visando vários públicos, incluindo formadores de opinião.	
Valorizar corpo de música da PMERJ, intensificando suas apresentações para o grande público.	
Estratégia de marketing institucional que passe a divulgar com regularidade as ações positivas da PM.	
Criar e divulgar amplamente o telefone da ouvidoria nas viaturas.	
EIXO APOIO LOGÍSTICO	
Distribuição a cada policial militar, mediante cautela, de uma pistola .40, ou similar, com carga de munição renovável, sempre que necessário, e de um colete à prova balístico de nível 3.	
EIXO ORÇAMENTO E FINANÇAS	
Fixação de carga horária de trabalho semanal dos policiais militares e pagamento de horas extras, quando for ultrapassada essa carga, bem como de adicionais noturno e de insalubridade.	
Cobrar o pagamento do policiamento executado pela PMERJ em eventos privados, com depósito em fundo especial a ser criado.	
EIXO SAÚDE	
Repasse imediato e integral para o Fundo de Saúde da PMERJ das contribuições obrigatórias dos policiais militares e da contrapartida orçamentária do Estado prevista em Lei.	
Reativação das Unidades Preliminares de	

Saúde (UPS) e das Unidades Básicas de Saúde (UBS), previstas em normas publicadas em Boletim da PM, para desafogar os hospitais da Corporação.	
Distribuição dos apartamentos existentes nos hospitais da PMERJ por indicação médica de acordo com a gravidade do quadro clínico.	
Admissão das Entidades de Classes na Gestão do Fundo de Saúde.	
Saúde do policial.	Efetivar a avaliação física e mental periódica Criar uma comissão interna de prevenção de acidentes relacionados a profissão policial. Avaliação psicológica dos policiais que passaram por confrontos com meliantes
Fixação da carga horária dos policiais militares do Quadro de Saúde igual aos demais quadros da PMERJ.	
EIXO CONTROLE INTERNO	
Todas as punições disciplinares deverão ser publicadas em um mesmo boletim (Criação do Boletim Disciplinar).	
Inclusão formal das entidades de classes para a discussão, na Assembléia Legislativa, do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.	
EIXO MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E INSTUCIONAL	
Criação de um Conselho Consultivo das Entidades de Classe, presidido pelo Chefe do Gabinete do Comando Geral, para opinar nos assuntos que envolvam direitos e interesse dos policiais militares, como indivíduos.	
Consultoria externa de gestão com objetivo de trazer para a PM altos níveis de eficiência gerencial através de parcerias com entidades empresariais e acadêmicas.	Proporcionar um choque de gestão na segurança pública, não só na PMERJ, mas extensível a todos os órgãos.

<p>Cotejamento permanente das melhores práticas policiais no Brasil e no Mundo.</p> <p>Criar uma cultura de meritocracia orientada para a melhoria dos indicadores estatísticos e qualitativos de segurança.</p>	<p>Criar quadros complementares de administração, finanças, logística e economia.</p> <p>Contratação de consultorias externas de gestão administrativa.</p> <p>Consultoria de talentos e competências para aplicação do efetivo.</p>
<p>Direcionamento de 10% dos Royalties do petróleo para segurança pública</p>	<p>Criação de um fundo de modernização para segurança pública (investimento).</p>
<p>EIXO – VISÃO DO CLIENTE</p>	
<p>Realizar pesquisas de vitimização a fim de identificar a sensação de segurança das pessoas e sua relação com a imagem da polícia.</p>	
<p>Envolver policiais nas ações e atividades desenvolvidas pela sociedade civil, como oficinas, debates, etc.</p>	
<p>Fomentar os projetos sociais já existentes na Instituição Policial, como nos trabalhos preventivos desenvolvidos na área da saúde, esporte, etc.</p>	
<p>Inserir na prática policial a mediação de conflitos e o diálogo com a comunidade, viabilizando a sua co-participação nas políticas de segurança.</p>	
<p>Aumentar o efetivo</p>	<p>O grupo apresentou duas posições que não foram consensuais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Aumentar o efetivo levando em consideração a população da área, além de prever os recursos materiais para os novos policiais. Neste caso, há necessidade de um aumento proporcional do efetivo da Polícia Civil para dar conta dos novos procedimentos de investigação. 2) Manter o efetivo existente,

	<p>reavaliando o emprego do efetivo atual e revendo as estratégias de policiamento. Para isso torna-se necessário intensificar o uso de tecnologias, além de remanejar o efetivo usado na atividade meio para a atividade fim e recuperar o efetivo cedido a outros órgãos.</p> <p>Em ambos os casos surgiu a sugestão de alocar o homem próximo de sua residência, evitando assim longos deslocamentos e primar pela qualificação do policial.</p>
<p>Aumentar o efetivo garantindo qualificação profissional e condições (materiais e financeiros), buscando contemplar os parâmetros mínimos para relação policia/hab.</p> <p>Adoção de novos critérios e índices de aprovação quanto ao grau de escolaridade, estado de saúde, condicionamento físico, equilíbrio psicológico e convivência social, de forma a selecionar melhor os candidatos a ingresso na PMERJ e, com isso, reforçar a formação e o exercício futuro da profissão.</p> <p>Criar estímulo institucional ao aperfeiçoamento e qualificação profissional, através de gratificações, da oferta constante de cursos internos e de um plano de carreira ligado ao mérito.</p>	<p>Não é somente uma questão de aumento do efetivo e sim completar o efetivo que ao longo dos anos foi perdido por baixa, dispensa. O incremento de efetivo deve garantir qualificação de todos e condições de trabalho</p>
<p>REDUÇÃO DOS INDICES DE LETALIDADE</p> <p>Uso de modalidades alternativas de resolução de conflitos, que não estejam pautadas no enfrentamento pontual e repressivo.</p> <p>Ênfase nos sistemas e ações de inteligência em detrimento das ações de enfrentamento direto, que incrementam a letalidade das ações de policia.</p>	<p>O argumento é que muitas das políticas de emprego do policiamento estão pautadas numa visão militarizada dos conflitos sociais o que incrementa os níveis de letalidade da ação policial.</p>

<p>Jamais premiar em situações que envolvam baixas.</p> <p>Incluir nos critérios de ascensão profissional, pontuações que valorizem ações policiais voltadas para a promoção da cidadania e a garantia dos direitos constitucionais.</p> <p>Exigir obrigatoriedade do exame pericial de local em todos os casos que envolvam auto-resistência.</p> <p>Em ocorrências que envolvam vítimas fatais, o policial deve ser retirado do serviço das ruas, por um período mínimo, para que passe por apoio psicológico.</p>	
<p>Os policiais não devem usar armamento pesado para a incursão em favelas.</p>	<p>Pois reduz a sua mobilidade e as possibilidades de tiro em função da topografia do local.</p>
<p>Reduzir/eliminar a corrupção policial.</p>	<p>As propostas variaram em função do lugar. Enquanto os representantes do interior do estado sugeriram a fixação do policial, para que ele se torne conhecido da comunidade, na área urbana as sugestões se concentraram nos mecanismos de controle, como uma auditoria interna do patrimônio dos policiais, além do desenvolvimento de instrumentos de controle externo. Além disso, foi julgado importante a divulgação de dados sobre o resultado dos procedimentos correcionais e a implantação de mecanismos que reduzam a impunidade.</p>
<p>Identificar os policiais que estão praticando corrupção através da corregedoria e ouvidoria.</p> <p>Criar/ aperfeiçoar os controles externos da polícia e conceder autonomia as ouvidorias e corregedorias.</p>	<p>Ainda é alto o nível de corrupção policial, todavia, a sociedade tem ampla parcela de responsabilidade nisto.</p>
<p>Afastamento do policial através de critério objetivo qual seja, indiciamento formal por</p>	<p>Para ser afastado das funções de rua o policial tem que ser indiciado. Neste caso,</p>

<p>parte da autoridade policial e militar, através da instauração de inquérito policial em crimes punidos com reclusão.</p>	<p>como o policial ainda está recebendo seus vencimentos ele deve ser transferido para funções administrativas.</p>
<p>Premiar policiais que demonstrem, em suas ações, uma conduta ética. Enaltecer a boa ação policial na mídia, valorizando a ação do policial, não o governador, nem o secretário. Valorizar estas boas ações.</p>	<p>Combater o corporativismo nas unidades valorizando os que desempenham bem suas funções.</p> <p>Premiação de policiais. (Deve ser mais bem debatido com a sociedade – com o cuidado para não estimular a gratificação faroeste).</p>
<p>Igualdade de tratamento entre moradores do asfalto e da favela.</p>	<p>Existe o tratamento desigual e diferenciado. Por isso, houve o questionamento em torno das modalidades de policiamento chamado de “ÁREAS ESPECIAIS” para as favelas. O argumento é que se faz necessário fomentar a igualdade de tratamento.</p>
<p>Criar uma política de segurança cidadã que deve reconhecer e respeitar o cidadão como sujeito de direitos.</p>	<p>As práticas policiais devem atender ao cidadão e não ao estado</p>
<p>Fortalecer os canais de cooperação entre a polícia e a sociedade.</p> <p>Incorporar nas rotinas de policiamento ostensivo de cada unidade estratégias de aproximação com a comunidade local.</p> <p>Trabalhos de cooperação entre jovens policiais e jovens moradores, para trabalhar a construção da imagem de exemplo. Isto é, operar novos referenciais.</p>	<p>Foram sugeridas diversas ações e projetos, como criar projetos ligados à saúde física e melhoria de qualidade de vida. Foram citadas iniciativas isoladas já desenvolvidas em batalhões como o 9º, o 11º e o 14º. Há necessidade de uma coordenação mais efetiva dos projetos e foi levantada a possibilidade dos Conselhos Comunitários atuarem potencializando os projetos, sendo co-gestores dos mesmos. Uma iniciativa sugerida é o resgate das colônias de férias nos batalhões da PM</p> <p>Foi destacada a atuação do PROERD e sugeriu-se a sua ampliação para atender a todas as escolas do Estado</p> <p>Finalizando, foi sugerida a intensificação de projetos em que a PM trabalhe preventivamente com jovens na capacitação e, através de parcerias, a inclusão deles no mercado de trabalho.</p>

	Programa multidisciplinar de conscientização, orientação e proteção às mulheres, idosos, adolescentes, deficientes e homossexuais com integração da família.
Inserir na prática policial a mediação de conflitos e o diálogo com a comunidade, viabilizando a sua co-participação nas políticas de segurança.	
Criar estratégias regulares de prestação de contas à sociedade.	O argumento é que é preciso que a PM divulgue regularmente seus resultados e atividades realizadas, permitindo o acompanhamento das ações por parte da sociedade.
Definir critérios claros e participativos para avaliar o desempenho do comando das unidades operacionais.	Os mecanismos disponíveis de gestão participativa (como conselhos e fóruns locais) devem ser utilizados como foros privilegiados de discussão sobre este tipo de movimentação entre comandos.
Fortalecer os canais de cooperação entre a polícia e sociedade: Conselho Comunitário, Ouvidoria, Café Comunitário e entidades religiosas. Criar estratégias regulares de prestação de contas à sociedade;	Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança, através da publicação dos nomes dos seus membros em Diário Oficial. Outra ação sugerida é divulgar a variação dos delitos que causam mais insegurança à população e não apenas os que possuem maior potencial ofensivo. Essa divulgação deve ocorrer através de relatórios amigáveis, permitindo a compreensão pelo cidadão mediano. Para melhorar a qualidade dos dados registrados e reduzir a sub-notificação, sugeriu-se o incentivo aos registros de ocorrência e a diminuição do tempo de lavratura do RO, além da realização de pesquisas de vitimização. No tocante a divulgação, além das reuniões periódicas nos CCS, sugeriu-se a realização de atividades específicas em escolas, associações, etc...

	<p>Um tema que estava isolado passou a ser considerado um subtema do fortalecimento dos canais de cooperação entre a polícia e a sociedade: diminuir a ingerência política na escolha de cargos de confiança da corporação. Para isso foram apresentadas algumas sugestões, como a consulta ao Conselho Comunitário no caso da nomeação ou substituição dos responsáveis pelas AISP.</p> <p>Aumento na equipe do ISP para acompanhamento dos cafés e conselhos comunitários.</p>
<p>Extinguir a ingerência política na PMERJ.</p> <p>Criar uma regulamentação que proíba o secretário de segurança de se candidatar imediatamente após a sua saída do governo.</p>	<p>Implementar um tipo de quarentena nos moldes do que é feito nos setores da economia.</p>
<p>Propor um trabalho integrado entre a(s) prefeitura(s) e a PM, ou melhor, município e estado, de modo a investir nos problemas de ordenamento público.</p>	<p>Intensificar a participação dos representantes dos poderes públicos Federal, Estadual e Municipal nas reuniões dos CCS e Cafés da manhã.</p>
<p>Integrar a PM e a PC.</p>	<p>Justifica-se a integração das polícias estaduais com o objetivo de eliminar as rivalidades e disputas de poder.</p>
<p>Reformular o regulamento disciplinar da Polícia Militar.</p>	<p>O Regimento Disciplinar da Polícia Militar é excessivamente militarizado. Atualmente se valoriza muito as faltas militares do que questões de desvio de conduta e ética.</p>
<p>Delitos de menor potencial ofensivo (Lei 9.099/95).</p> <p>Atuação da PM nos delitos de menor potencial ofensivo confeccionando Termo Circunstanciado e encaminhando ao JECRIM.</p>	<p>Maior celeridade no atendimento ao cidadão vitimado.</p> <p>Maior tempo de investigação para Polícia Civil nos delitos mais graves.</p> <p>Para o bom funcionamento é preciso garantir maior comprometimento dos juizes, garantindo agilidade do judiciário.</p> <p>O termo precisa ser ajustado, isto é, estar</p>

	claro os papéis de cada componente; MP, juízes e das Policiais.
<p>DISCENSO</p> <p><u>Criar regras em parceria com a sociedade para o uso dos blindados</u> nas comunidades para tanto é preciso revisar os procedimentos táticos adotados pela PM: tipo de armamento empregado, quantidade de efetivo utilizado.</p> <p><u>Extinguir o uso dos blindados</u> nas comunidades.</p>	<p>DISCENSO</p> <p>Não é contra o Caveirão simplesmente – e sim contra as ações arbitrárias praticadas recorrentemente no uso de blindados.</p> <p>Os blindados que seriam para uso extraordinário, hoje, é usado cotidianamente, ampliando a violência policial na comunidade e portanto, a letalidade de sua ação.</p>
<p>Símbolo da caveira (BOPE).</p> <p>Não uso do símbolo da caveira nos veículos (blindados) utilizados nas operações policiais.</p> <p>Reformular o símbolo utilizado pelo BOPE de forma a atender o público interno (policiais) e externo (sociedade).</p>	<p>Grande parte da sociedade civil deseja a retirada do símbolo da caveira porque é entendido e percebido pela sociedade como um símbolo de morte que gera temor e medo. Todavia, policiais militares argumentaram que o símbolo representa a superação da morte. Neste sentido, o argumento em consenso foi de não utilizar o símbolo da caveira nas operações (blindados, caveirão) somente utilizando no uniforme e no ambiente da corporação.</p> <p>O símbolo de uma instituição deve ser positivo para dentro e para fora, hoje a caveira não atende ao público externo.</p>
<p>Padronizar os procedimentos policiais.</p> <p>Elaborar manual prático e portátil, com apoio de empresa de comunicação, e entregar uma cópia a cada policial.</p>	
<p>Criar cartilha de procedimento em <i>blitzes</i>: <i>Sociedade e polícia</i>.</p>	<p>Intensificar a distribuição da cartilha de procedimento na <i>blitzes</i> existente.</p> <p>Distribuição da cartilha nos postos de</p>

	<p>policiamento rodoviário, pedágios e CCS.</p> <p>Divulgação da cartilha pela mídia.</p> <p>Parceria com o DETRAN para elaboração, divulgação e distribuição de cartilha relativa as operações policiais nas estradas.</p> <p>Criação de um CD de áudio de divulgação sobre as operações de transito.</p> <p>Disponibilizar no site da PM da cartilha e do áudio sobre as operações de transito.</p> <p>Criação de uma cartilha de como o cidadão deve se comportar perante a autoridade pública.</p>
<p>Divulgar e orientar a população sobre como proceder em caso de operações policiais.</p> <p>Ajustar as cartilhas que tratam dos direitos e deveres dos cidadãos nas abordagens policiais de forma que o texto represente situações da realidade.</p> <p>Incluir nas cartilhas as leis que tratam da igualdade entre os cidadãos.</p> <p>Ampliar a divulgação das cartilhas.</p>	<p>Divulgar os procedimentos corretos das praticas policiais, como também os programas comunitários da PMERJ;</p> <p>Já existem cartilhas que falam sobre o direito e deveres dos cidadãos nas abordagens policiais, porém são pouco divulgadas. Hoje, o texto usado não condiz com a realidade.</p>
<p>Expandir o processo de consulta sobre a “Polícia que queremos” para os demais órgãos de segurança do estado do RJ, discutindo a política de segurança publica.</p>	<p>A partir deste processo, a sociedade civil deve pressionar para que esta iniciativa seja ampliada para os demais órgãos de segurança pública.</p>
<p>Para o futuro garantir a presença representativa das praças nos espaços de debate e decisão.</p>	<p>Hoje há uma grande distância entre oficiais e praças da PM. Não se verificou grande representatividade do segmento de praças que representam a base da corporação e aqueles que mais próximo estão dos cidadãos.</p>
<p>Envolver as universidades e Centros de Pesquisa no processo de melhoria da polícia.</p>	<p>O meio acadêmico disponibiliza de amplo conhecimento acumulado de questões que podem auxiliar no processo de modernização</p>

	e melhoria da PMERJ.
Periodicidade de seminários e debates.	Fazer seminários periódicos para debate com a sociedade cível com mesmo formato.
Implantação de uma nova metodologia para a realização de seminários semelhantes.	Divulgar previamente para os conselhos comunitários os temas que serão debatidos no seminário. Após deliberações locais, as propostas dos CCS serão trazidas para uma discussão plenária e incorporados a visão do cliente.